

*Discurso na audiência com os membros  
do Conselho Empresarial Brasileiro  
para o Desenvolvimento Sustentável*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE DEZEMBRO DE 1997**

*Meus amigos aqui presentes; Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Ministros de Estado que aqui se encontram; Deputado Inocêncio de Oliveira; Doutor Félix Bulhões; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,*

Há pouco, antes de o Doutor Félix começar a ler o seu discurso, ele brincava comigo que ele faria um improviso lido. E eu disse que não aprendi nunca a ler, eu leio muito mal. Então essa é a razão pela qual eu, geralmente, improviso, mesmo quando esteja escrito aqui. É melhor no improviso. Eu leio, antes, o que tenho que dizer. Mas vêem-se agora as vantagens de não improvisar, pois a exposição do Doutor Félix foi muito completa e, realmente, profunda e mostra o quanto nós caminhamos nessa matéria de desenvolvimento sustentável.

Enquanto ele falava, eu procurava recordar as nossas posições antigas, dos anos 70. Eu já disse isso em mais de uma oportunidade. Naquele tempo, numa conferência em Estocolmo, nossa posição foi indefensável. Era uma posição que dava a impressão de que, quanto mais se poluísse, melhor seria. Bendita poluição. Porque se imaginava, então, que a poluição era a expressão da industrialização, do progresso, do

desenvolvimento. Custou muito tempo para que nós revíssemos as nossas posições nacionais.

Nessa época, nos anos 70, eu fui, muitas vezes, à Suécia, a uma Fundação chamada Dag Hammarkjold, em Upsala. E lá se discutiam justamente novas formas de desenvolvimento. Havia, notadamente, um norueguês chamado Johan Galtung, que estava propondo uma série de modificações a respeito do conceito de desenvolvimento, e o professor Ignacy Sachs, que continua colaborando conosco. Ele até, recentemente, esteve no Brasil. E nós escrevemos alguns trabalhos numa revista sueca chamada *Development Dialogue* – diálogo do desenvolvimento. E lá nós começamos a tentar criar conceitos novos. Não havia, ainda, a idéia de sustentabilidade. O Sachs cunhou a idéia de ecodesenvolvimento. E me recordo de algumas reuniões mais tarde, no Canadá, ainda nos anos 70, começo dos anos 80, em que se tateava muito a respeito de como fazer a fusão entre a questão necessária ao desenvolvimento econômico e o respeito aos limites da natureza.

Foi a época do Clube de Roma, que tinha uma visão bastante clara e um pouco exagerada sobre a, digamos, finitude dos recursos naturais, que é verdadeira em muitos aspectos. Houve a proposta do *zero growth* – crescimento zero –, que era inaceitável porque, certamente, os países que estão ainda em fase de expansão precisam de desenvolvimento. Mas, enfim, da fusão. Dentro dessas idéias, algumas um pouco radicais: o desenvolvimento é contrário à natureza. Há outra, também radical, de que, bendita poluição, acabou por chegar a um entendimento muito mais construtivo, que é esse que hoje, digamos, prima por ser a marca dos países, das sociedades que têm consciência dos processos ambientais e da necessidade da compatibilização entre o desenvolvimento e o respeito ao meio ambiente.

E essas idéias, a idéia, sobretudo, do Conselho Empresarial Mundial, o Doutor Eliezer Batista me trouxe uma vez o Dr. Schmidt Heimer, com quem conversamos em mais de uma oportunidade, e foi-se, pelo menos do meu ponto de vista, fui verificando o quanto o próprio setor produtivo internacional tinha se conscientizado a respeito da questão do desenvolvimento.

Hoje nós temos aqui esse resultado, que é um resultado concreto, quer dizer, hoje já se têm setores significativos. Aqui está, nas palavras do Doutor Bulhões, uma boa parte do PIB brasileiro que, certamente, não compartilha essa idéia de não-lucro, mas que compartilha a idéia de que o lucro não pode ser selvagem e que o lucro que não tenha como objetivo também a sustentabilidade não vai se manter nem como lucro, nem como nada, nem como base civilizatória. Então, o avanço é imenso.

Eu não tive ainda, naturalmente, oportunidade de sequer passar os olhos neste documento, mas sei dos avanços havidos e creio que isso é, digamos, um sinal muito claro de que aqui, no Brasil, existe essa nova concepção. E ela se está manifestando em vários aspectos. Aqui foi mencionado o encontro de QUIOTO, recentemente, que foi um encontro importante. Foi importante porque, primeiro a idéia, que nós propusemos no Brasil, de que é preciso haver um fundo de compensação e um fundo para sustentar o desenvolvimento, com o princípio de que o poluidor paga, é uma idéia que avança.

Acho que houve avanço de outra natureza também. Quando o Presidente Clinton esteve aqui, no Brasil, nesta sala, ao lado, nós dois, sozinhos, conversamos bastante sobre essa matéria. O Presidente Clinton tem uma visão bastante aberta sobre o que é importante fazer para avançar, em matéria de desenvolvimento sustentável, e tem limitações, de ordem interna, de ordem política, etc.

Mais recentemente, na Inglaterra, eu voltei a conversar com o Primeiro-Ministro Tony Blair sobre essa mesma questão. Sobre a questão de como fazer, de que forma se chegar a um compromisso, que não venha a ser um compromisso em que os poluidores continuam a poluir e em que os que não tiveram desenvolvimento, esses sim, paguem duplamente.

Bom, mais recentemente ainda, conversei também longamente, pelo telefone, com o Presidente Clinton, durante a reunião de QUIOTO, a respeito das posições brasileiras, americanas e tal. Houve algum progresso nessa matéria. Graças não só à posição do Brasil, mas graças, também, à compreensão da liderança, pelo menos, dos Estados Unidos e de que é necessário se buscar algum compromisso que seja autêntico, ou seja, que realmente os poluidores paguem.

Mas, também, acho que correspondem ao nosso lado. Nós, que não somos os maiores poluidores e não nos transformamos em poluidores. Eu acho que, independentemente de nós termos ou não subscrito o artigo 10, que foi uma polêmica lá, a nossa posição tendo sido muito clara, porque nós não queríamos dar margem a que houvesse alguma imposição ou desagregação de uma visão da necessidade do desenvolvimento, o Brasil tem uma posição de que ele também considera que os países que estão em desenvolvimento tenham que assumir alguma responsabilidade. Nós não somos poluidores; há outros que são. Estão em processo de desenvolvimento e não avançaram na consciência ambiental da mesma forma que nós. Então, acho que aí é a base para que se avance. Acho que a definição, por parte dos países desenvolvidos, de alguns *goals*, de algumas metas, num prazo definido, por menores que sejam essas metas, é um avanço. E, sem que nós estejamos comprometidos formalmente com as metas, nós temos que ter resposta para o nosso objetivo de também não fazer disso aqui um território devastado pela poluição.

Devo dizer também – embora não tenha discutido isso internamente no Governo – que acho que alguns países em desenvolvimento estão poluindo demais. Não somos nós aqui, na América Latina. Estão, basicamente, na Ásia. Eles têm que assumir responsabilidade também. O fato de estarem em desenvolvimento não é escusa para não terem um compromisso para com o problema geral do meio ambiente.

Então, acho que estão assentadas as bases para um diálogo mais construtivo em nível internacional, com esse princípio de que o poluidor paga, mas também com o outro princípio de que ninguém tem o direito de ser poluidor. Embora não sejamos historicamente responsáveis pela poluição que existe, porque nós não somos mesmo – e quando se verificam os níveis, por exemplo, na questão do efeito estufa, claramente se vê que a responsabilidade dos países como o Brasil é mínima, diante da responsabilidade dos países industrializados – acho que, com essa atitude, que é uma atitude de comprometimento com a tese da sustentabilidade, é que nós podemos avançar, cobrando, inclusive, com mais energia e mais base moral, porque é componente desse processo,

uma atitude responsável da parte dos países industrializados. Acho que o trabalho, nesse sentido, que está sendo feito pelos Senhores vai nos permitir avanços consideráveis nessa matéria.

Finalmente, o Doutor Félix Bulhões mencionou, também, um ponto que acho muito importante: que o que está por trás dessas transformações todas é também uma transformação na nossa própria percepção do que é Estado e do que é sociedade civil. Aqui nós estamos definindo uma outra instância, que é o público. Não é nem estatal, nem é sociedade civil, no sentido de irresponsável diante das responsabilidades coletivas.

Crescentemente, o mundo de hoje é um mundo em que organizações, que não são estatais, assumem responsabilidades coletivas, públicas. Isso não pode ser visto apenas no âmbito interno dos países, como já está ocorrendo, e aqui é um exemplo, deste próprio Conselho. O chamado terceiro setor, que é crescente no mundo moderno. Mas é dessa maneira que nós podemos pensar no futuro, no próximo milênio, certamente; não é uma coisa de imediato, na reconstrução da ordem internacional. Essa reconstrução da ordem internacional não pode ser o encolhimento do Estado nacional em favor de um Superestado. Isso não vai ser aceitável. Até porque, por trás desse Superestado, estará uma nação. Isso não é aceitável, é uma hegemonia disfarçada como se fosse em nome da globalidade, em nome da humanidade.

O conceito que vai permitir um avanço grande nas relações internacionais e a redefinição de todos os Estados, não só dos Estados em desenvolvimento, mas de todos os Estados, é o do público, é o dessas organizações. E os Senhores são parte disso. São parte disso e estão tão ligados à organização mundial, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, que, de alguma maneira, nós estamos assistindo, aqui, à antecipação do próximo milênio. E que só terá viabilidade se for, por um lado, a partir desse enfoque e, por outro lado, que tenha os outros dois componentes que, para sorte minha que fico aqui copiando o que os outros disseram, já foi dito pelo Doutor Bulhões, ou seja, a coesão social, a idéia de alguma forma de solidariedade, alguma forma de compromisso que vá além do crescimento econômico, mas que diga respeito ao bem-estar, com uma forma de compromisso que tenha uma base

moral, que tenha uma base ética que permita, realmente, uma nova utopia. Aqueles que acreditam que o mundo, hoje, é um mundo que está vivendo o fim das ideologias e das utopias estão enganados, nós estamos é criando uma nova utopia.

Essa nova utopia é parte dessas novas bases e tem força mobilizadora. Os que viviam à luz das antigas utopias é que se sentem desamparados, tanto os que pensam que *laissez-faire* é o que prevalece, como os que pensam que um Estado coletivista é o que deva prevalecer. Essas duas posições, hoje, são velhas. Mas o fato de termos uma nova posição não significa que não tenhamos posição, nem significa que essa nova posição decorre só das forças de mercado, só das forças da produção. Não. Ela decorre de uma visão que tem, naturalmente, como sujeito, se é possível dizer isso outra vez na História, a humanidade. Daí essa questão do meio ambiente, daí essa questão de transcender até certas fronteiras tanto de estruturas de sociedade, de classes, quanto nacionais, porque tem como sujeito uma preocupação que diz respeito à humanidade.

Por isso que, há tanto tempo, eu venho falando que nós estamos vivendo um novo Renascimento, um novo Humanismo. Muita gente pensa que são palavras. No meu modo de ver não são só palavras. É verdade, nós estamos assistindo a um Renascimento. Em vez da idéia do homem e do indivíduo, mais tarde do indivíduo situado nacionalmente, ou mais tarde ainda, situado na classe, hoje, pela primeira vez, é possível, por causa da globalização, mas contraposta a essas idéias e a essas visões que são visões embasadas numa utopia, também numa ética, nós podemos pensar nessa nova fase da convivência humana. Nós podemos generalizar o cidadão, quer dizer, é a humanidade mesma que pela primeira vez na História se torna – eu vou parar por aqui para não fazer muito pedantismo – uma espécie de uma nova, de um novo universal concreto à la Hegel. Ninguém vai entender.

Muito obrigado.